



Número: **0800870-71.2019.8.18.0033**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara da Comarca de Piripiri**

Última distribuição : **10/04/2019**

Valor da causa: **R\$ 11.750,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
RAIMUNDO ELDON PEREIRA DE PAIVA (AUTOR)		LUIZA EUDES DA SILVA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		EDNAN SOARES COUTINHO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
21118315	19/10/2021 15:02	<a href="#">Intimação</a>	Intimação



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**3ª Vara da Comarca de Piri-piri DA COMARCA DE PIRIPIRI**  
Rua Avelino Rezende, 161, Centro, PIRIPIRI - PI - CEP: 64260-000

**PROCESSO Nº: 0800870-71.2019.8.18.0033**  
**CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**  
**ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito]**  
**AUTOR: RAIMUNDO ELDON PEREIRA DE PAIVA**

**REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

### **SENTENÇA**

Vistos, etc.

**RAIMUNDO ELDON PEREIRA DE PAIVA** ajuizou **Ação de Cobrança de Seguro DPVAT contra SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**

Instado a se manifestar e dar regular seguimento ao feito, o demandante não observou o prazo assinalado, quedando-se inerte.

Em obediência ao disposto no artigo 481, §1º, determinou-se a intimação pessoal do Requerente e, novamente, não houve resposta por parte dos autor.

No caso em comento, patente o total descompromisso da parte autora em promover o regular andamento processual. Vale ressaltar que com a entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 45, foi erigido à condição de direito fundamental o princípio da razoável duração do processo (inciso LXXVIII, do artigo 5º, da Constituição Federal de 1988).

Destarte, a extinção do feito é medida que se impõe, diante da falta de interesse processual superveniente do mesmo. Entender ao contrário seria prestigiar por demais a inação do autor, quanto à prática de atos de sua responsabilidade, indispensáveis ao andamento do processo

Isto posto, **julgo extinto o processo sem resolução de mérito, nos termos do inc. III do art. 485**, do Código de Processo Civil.

Condeno o Requerente nas custas e honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% (dez por cento) do valor atribuído à causa, observados os vetores do artigo 85, §2º do NCPC, notadamente a baixa complexidade da demanda e ausência de dilação probatória.

Suspendo, todavia, sua exigibilidade uma vez que as partes litigam sob o pálio da justiça gratuita.

Transitada em julgado, dê-se baixa nos assentamentos necessários e arquivem-se. P.R.I.C.

**PIRIPIRI-PI**, 20 de abril de 2021.

**MARIA DO ROSÁRIO DE FÁTIMA MARTINS LEITE DIAS**  
**Juiz(a) de Direito da 3ª Vara da Comarca de Piri-piri**

